

Demonstrações Financeiras

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2023

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e Conselheiros da

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



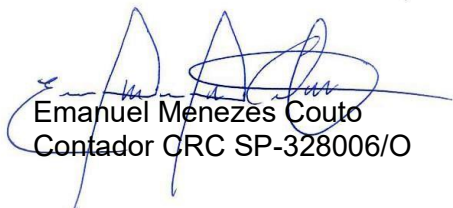
Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Emanuel Menezes Couto
Contador CRC SP-328006/O

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais
31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.233	793
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	217.038	220.530
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	8.859	35.039
Contas a receber (Nota 6)	78.651	70.807
Estoques (Nota 7)	10.904	8.557
Outras contas a receber	1.204	1.282
	<u>317.889</u>	<u>337.008</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	435.477	303.117
Depósitos judiciais	1.736	2.119
Outras contas a receber	291	366
	<u>437.504</u>	<u>305.602</u>
Imobilizado (Nota 8)	217.112	160.654
Intangível (Nota 9)	636	874
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	35.762
	<u>253.510</u>	<u>197.290</u>
Total do ativo	<u>1.008.903</u>	<u>839.900</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais
31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	29.852	35.615
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	18.592	16.882
Adiantamento de clientes	2.087	1.380
Subvenções (Nota 2.11 (a))	8.859	35.039
Parcelamento de impostos	174	127
Receitas diferidas	510	300
Outras contas a pagar	362	581
	60.436	89.924
Não circulante		
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	44.244	20.489
Parcelamento de impostos	159	313
Provisão para contingências (Nota 13)	6.982	9.488
Receitas diferidas	1.410	150
	52.795	30.440
Total do passivo	113.231	120.364
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	719.536	461.436
Superávit	176.136	258.100
Total do patrimônio líquido	895.672	719.536
Total do passivo e patrimônio líquido	1.008.903	839.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas Operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	286.261	250.041
Particular	14.954	11.855
SUS	11.261	9.607
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	7.197	2.836
(-) Dedução da receita	(18.826)	(12.464)
	300.847	261.875
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	16.938	15.635
Particular	8.689	7.215
SUS	41.986	33.961
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	10.592	9.331
(-) Dedução da receita	(1.470)	(1.790)
	76.735	64.352
Receitas institucionais		
Receitas com doações (Nota 15)	105.649	219.667
Gratuidades concedidas (Nota 23)	88.470	84.411
Receitas financeiras (Nota 19)	73.231	64.222
Outras (Nota 18)	21.061	16.221
Investimentos subsidiados (Nota 17)	3.516	2.122
Voluntariado (Nota 20)	2.108	1.524
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	475	703
(-) Dedução da receita	(35)	(911)
	294.475	387.959
Total das receitas	672.057	714.186

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	(40.816)	(36.829)
Despesas com material	(113.235)	(101.389)
Despesas com prestação de serviços	(32.599)	(29.963)
Despesas administrativas e gerais	(3.066)	(2.813)
	<u>(189.716)</u>	<u>(170.994)</u>
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	(67.057)	(58.657)
Despesas com material	(28.280)	(21.114)
Despesas com prestação de serviços	(10.198)	(9.909)
Despesas administrativas e gerais	(6.996)	(5.475)
	<u>(112.531)</u>	<u>(95.155)</u>
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	(52.509)	(46.730)
Despesas com material	(3.939)	(6.641)
Despesas com prestação de serviços	(25.615)	(19.454)
Despesas com doação	(6.952)	(9.095)
Despesas administrativas e gerais	(12.697)	(20.541)
Despesas financeiras e bancárias	(1.384)	(1.541)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(88.470)	(84.411)
Voluntariado (Nota 20)	(2.108)	(1.524)
	<u>(193.674)</u>	<u>(189.937)</u>
Total das despesas	<u>(495.921)</u>	<u>(456.086)</u>
Superávit do exercício	<u>176.136</u>	<u>258.100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2022	380.812	80.624	461.436
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	80.624	(80.624)	-
Superávit do exercício	-	258.100	258.100
Em 31 de dezembro de 2022	461.436	258.100	719.536
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	258.100	(258.100)	-
Superávit do exercício	-	176.136	176.136
Em 31 de dezembro de 2023	719.536	176.136	895.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa método indireto das atividades operacionais		
Superávit do exercício	176.136	258.100
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	12.937	11.149
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	(2.506)	5.034
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	20	(3.860)
Constituição de provisão glosas (Nota 6)	970	2.386
Baixas de ativo imobilizado (Notas 8)	502	5.809
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	-	(5.563)
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	37	54
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(1.940)	(2.745)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(8.834)	(19.798)
Estoques	(2.384)	2.257
Depósitos judiciais	383	198
Outras contas a receber	153	338
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(5.763)	7.331
Salários e contribuições sociais	1.710	2.259
Adiantamento de clientes	707	(357)
Subvenções	(26.180)	28.290
Investimento subsidiado	23.755	5.469
Parcelamento de impostos	(107)	(91)
Receitas diferidas	1.470	(300)
Outras contas a pagar	(219)	(33)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	170.847	295.927
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(102.688)	(230.538)
Venda e resgate de instrumentos financeiros	-	14
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(67.719)	(66.192)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(170.407)	(296.716)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	440	(789)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	793	1.582
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	1.233	793
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	440	(789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências físicas permanentes, temporárias ou decorrentes de outras patologias, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; dispensação de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Superintendência e Conselho de Administração da Associação em 25 de março de 2024.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo as normas divulgadas pela Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a Interpretação Técnica das "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

O Conselho de Administração da Associação, em reunião realizada em 25 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado "VJR".

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Ativos financeiros – mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Classificação passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável *impairment* de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha e consideramos tipos de investimentos mais conservadores.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A vida útil dos ativos intangíveis é de 5 anos, e a amortização é 20% ao ano.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo histórico de aquisição. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

2.12. Provisões para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

a) *Venda de produtos*

De acordo com o CPC 47, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador; na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Associação; e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal, Regional, Comitês e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros, integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (Gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos contratados pelo SUS.

A não contratação por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2023 nas demonstrações financeiras:

As alterações para 2023 foram CPC 50, CPC 23, CPC 26 (R1) e CPC 32, abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade:

- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

- Divulgação das políticas contábeis por materialidade (alterações ao CPC 26(R1)): As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

A Associação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Requer especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Requer especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 03 (R2)/ IAS 7 e CPC 40 (R1)/ IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: Requer evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores prospectivos estimados que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Provisão para glosas (Nota 6);
- (c) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (d) Provisão para contingências (Nota 13);
- (e) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (f) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	1.233	793
Total	1.233	793

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>Taxa de remuneração - 2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recursos próprios - circulante (a)			
Poupança		74	-
Fundo de investimento	36,63% CDI - 5 % .a.a	1.690	1.655
Operações compromissadas – CDBs	103,62% CDI - 14,14 % .a.a	215.274	218.875
		217.038	220.530
Recursos vinculados - circulante (b)			
Poupança		2.748	3.389
Fundo de investimento	87,30% CDI - 11 ,92% .a.a	6.111	31.650
		8.859	35.039
Recursos próprios - não circulante (c)			
CDB - DI	102,89% CDI - 14,04 % .a.a	435.477	303.117
Total		661.374	558.686

(a) As operações compromissadas foram realizadas com bancos de primeira linha, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

(b) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.11 (a) e (c)).

(c) As operações se referem a aplicações em CDB-DI em bancos de primeira linha com resgate em março de 2024 e em janeiro de 2025.

6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênios e planos de saúde	79.710	73.043
Sistema Único de Saúde (SUS)	8.688	7.490
Consumidor final	4.891	4.006
Outros	276	192
	93.565	84.731
Provisão para perdas de crédito esperadas	(98)	(78)
Provisão para glosas	(14.816)	(13.846)
Total	78.651	70.807

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

b) A análise das contas a receber por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	64.424	60.185
Vencidas		
Até 30 dias	1.220	3.661
De 31 a 60 dias	4.031	2.750
De 61 a 90 dias	5.647	2.395
De 91 a 180 dias	3.386	6.260
De 181 a 360 dias	5.855	4.858
Acima de 360 dias	9.002	4.622
	<u>93.565</u>	<u>84.731</u>

c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.938
Reversão de provisão no exercício, líquidas	<u>(3.860)</u>
Saldo em 31/12/2022	78
Reversão de provisão no exercício, líquidas (i)	<u>(20)</u>
Saldo em 31/12/2023	98

(i) Esta variação se refere a reclassificação da provisão de PECLD do ativo circulante para o ativo não circulante, referente aos valores de Cobrança judicial (convênios) que até o momento não possuem estimativa de conclusão.

d) A movimentação da provisão para glosas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	11.460
Provisão no exercício, líquidas	<u>2.386</u>
Saldo em 31/12/2022	13.846
Provisões no exercício, líquidas	<u>970</u>
Saldo em 31/12/2023	14.816

7. Estoques

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	3.049	1.927
Materiais e medicamentos	4.184	4.326
Estoque de produtos acabados (a)	3.154	1.703
Materiais gerais (b)	534	655
(-) Provisão para perda de estoques	(17)	(54)
	<u>10.904</u>	<u>8.557</u>

(a) O estoque de produtos acabados é composto por materiais produzidos para dispensação de órteses e próteses, além de meios de locomoção (aparelhos ortopédicos).

(b) No grupo de materiais gerais estão alocados materiais de captação, materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

8.Imobilizado

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo		
Terrenos	7.799	7.675
Edifícios	164.025	81.777
Instalações	19.549	18.928
Móveis e utensílios	16.070	11.720
Equipamentos de informática	18.053	14.719
Veículos	467	624
Máquinas e equipamentos	85.058	53.893
Imobilizado em andamento (a)	13.016	59.719
	<u>324.037</u>	<u>249.055</u>
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado (b)	215	5.871
Importações em Andamento (c)	-	3.051
Depreciação Acumulada	<u>(106.432)</u>	<u>(96.615)</u>
Provisão encerramento unidades (d)	<u>(708)</u>	<u>(708)</u>
	<u>217.112</u>	<u>160.654</u>

- (a) A redução do saldo do grupo de imobilizado em andamento se deve a conclusão da obra de expansão do hospital, o saldo final em 2023 deste grupo está representado por reformas nas unidades Ibirapuera, Osasco e Recife.
- (b) Em abril 2021 foi iniciada a obra de expansão do hospital, para qual foram realizados adiantamentos a fornecedores, como a obra foi encerrada em 2023 os valores de adiantamento tiveram uma redução significativa. O saldo final de 2023 é representado por valores que permanecem em aberto em processo de finalização.
- (c) Em 2023 o processo de importação do equipamento Lokomat utilizado para reabilitação dos pacientes no setor de fisioterapia foi finalizado e o equipamento já se encontra em uso dos pacientes.
- (d) Referente à provisão para encerramento da unidade (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Nova Iguaçu. A provisão foi constituída pois a operação da Unidade não está sob responsabilidade da AACD e há um processo em andamento sob condução do departamento jurídico para retificação da posse do Imóvel para a Prefeitura de Nova Iguaçu.

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Terrenos	7.650	25	-	-	7.675
Edifícios	86.068	979	(7.080)	1.810	81.777
Instalações	16.872	1.504	(109)	661	18.928
Móveis e utensílios	11.292	697	(269)	-	11.720
Equipamentos de informática	12.865	2.810	(956)	-	14.719
Veículos	606	277	(259)	-	624
Máquinas e equipamentos	45.736	8.133	(423)	447	53.893
Imobilizado em andamento	13.116	45.009	-	1.594	59.719
	194.205	59.434	(9.096)	4.512	249.055
Depreciações acumuladas	(89.279)	(10.623)	3.287	-	(96.615)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	4.087	5.849	-	(4.065)	5.871
Importações em Andamento	-	3.498	-	(447)	3.051
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.271)	-	5.563	-	(708)
	102.742	58.158	(246)	-	160.654
	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Terrenos	7.675	124	-	-	7.799
Edifícios	81.777	102	-	82.146	164.025
Instalações	18.928	263	(12)	370	19.549
Móveis e utensílios	11.720	3.359	(182)	1.173	16.070
Equipamentos de informática	14.719	4.004	(670)	-	18.053
Veículos	624	103	(260)	-	467
Máquinas e equipamentos	53.893	13.296	(1.845)	19.714	85.058
Imobilizado em andamento	59.719	43.695	(84)	(90.314)	13.016
	249.055	64.946	(3.053)	13.089	324.037
Depreciações acumuladas	(96.615)	(12.599)	2.782	-	(106.432)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	5.871	4.267	(2)	(9.921)	215
Importações em Andamento	3.051	346	(229)	(3.168)	-
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(708)	-	-	-	(708)
	160.654	56.960	(502)	-	217.112

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei no 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m².

No entanto, em 11/01/2022 foi publicada a Lei 17.735/2022, que autoriza a concessão administrativa de uso de área municipal à AACD por 40 anos, sem a revogação expressa da lei anterior vigente (Lei 15.411 de 12/07/11).

Por estarmos com duas leis vigentes sobre o mesmo tema, a AACD vem questionando o CGPATRI sobre a continuidade do processo administrativo, com a consequente escrituração da doação definitiva da área, nos termos da Lei 15.411/11 e da minuta aprovada, mesmo ciente da necessidade de ajuste legislativo para tanto. Sem manifestação definitiva do órgão até a presente data.

Do total das adições, reconhecemos o montante de MR\$ 1.940 (MR\$ 2.745 em 2022), referente a doações.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

9. Intangível

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo		
Softwares - sistema de gestão	11.897	11.797
Amortizações acumuladas	<u>(11.261)</u>	<u>(10.923)</u>
	<u>636</u>	<u>874</u>

A movimentação do saldo está assim representada:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2022</u>
Softwares - sistema de gestão	11.641	156	-	11.797
Amortizações acumuladas	<u>(10.397)</u>	<u>(526)</u>	<u>-</u>	<u>(10.923)</u>
	<u>1.244</u>	<u>(370)</u>	<u>-</u>	<u>874</u>
	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2023</u>
Softwares - sistema de gestão	11.797	100	-	11.897
Amortizações acumuladas	<u>(10.923)</u>	<u>(338)</u>	<u>-</u>	<u>(11.261)</u>
	<u>874</u>	<u>(238)</u>	<u>-</u>	<u>636</u>

10. Propriedade para Investimento

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais Propriedades (b)	<u>731</u>	<u>731</u>
	<u>35.762</u>	<u>35.762</u>

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), que foi renovado em 05 de dezembro de 2022 e está vigente até 31 de dezembro de 2032. A propriedade foi contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$ 35.031. O objetivo é de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é de R\$ 92.898.

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2023 a receita de aluguel totalizou R\$ 336 (R\$ 316 em 2022).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$ 3.971 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.968 em 2022). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

11. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores (a)	25.741	32.107
Provisão de Fornecedores (b)	1.282	513
Provisão de Repasse Médico (c)	2.829	2.995
	<u>29.852</u>	<u>35.615</u>

(a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.
(b) Referem-se principalmente a provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.
(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos prestados cujos documentos fiscais não foram emitidos).

Risco Sacado - A AACD não possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus fornecedores, portanto não tem operações de Risco Sacado

12. Salários e contribuições sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para férias	14.216	12.975
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	2.075	1.853
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	1.224	1.090
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	810	732
Outros	267	232
	<u>18.592</u>	<u>16.882</u>

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e administrativa, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão para as causas consideradas prováveis com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e na análise das demandas judiciais em aberto. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas e são apresentados como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	1.917	2.425
Cíveis	-	402
Tributária e Administrativa (a)	5.065	6.661
	<u>6.982</u>	<u>9.488</u>

(a) Refere-se à provisão dos processos avaliados pelo departamento jurídico como prováveis junto ao Pronas/PCD (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência).

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza das Contingências			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária e Administrativa	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.924	530	-	4.454
Adições	900	270	7.001	8.171
Reversões e baixas	(2.399)	(398)	(340)	(3.137)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.425	402	6.661	9.488
Adições	3.022	29	467	3.518
Reversões e baixas	(3.530)	(431)	(2.063)	(6.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.917	-	5.065	6.982

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 37.015 (2022 - R\$ 35.970), sendo que este valor substancialmente está representado pelos processos de natureza tributária: nº 19515-721.097/2014-20 no valor de R\$ 20.970 (2022 – R\$19.699) referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), processo nº 10314-720.784/2018-43, referente à Contribuição Previdenciária no valor de R\$ 1.578 (2022 – R\$ 1.394), processo nº 10314-720.092/2019-86, referente à Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no valor de R\$ 4.258 (2022 – R\$ 3.722) e mais 18 processos Administrativos/tributários de menor valor que totalizam R\$ 1.402, por 26 processos trabalhistas que totalizam R\$ 3.304 e por 22 processos cíveis que totalizam R\$ 5.503.

O julgamento da ADI nº 2028, pelo STF, em 23 de fevereiro de 2017 declarou inconstitucional a alteração na Lei 8.812/91 promovida pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deveria ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos. Em 17 de dezembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº 187/2021, que passou a ser a norma vigente e válida para regulamentar a imunidade das contribuições sociais, até o momento não houve julgamento dos processos da AACD que tramitam no CARF.

14. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

15. Receitas institucionais - com doações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações incentivadas por terceiros (b)	39.757	43.896
Mantenedores	20.949	20.708
Doações espontâneas	15.016	7.623
Patrocínio de eventos	11.410	13.303
Donativos em materiais e serviços	7.504	9.313
Ações com empresas parceiras	4.494	4.843
Herança (a)	2.943	115.557
Projetos patrocinados	2.447	3.016
Doações via 0500	985	1.168
Doações via site	144	240
	<u>105.649</u>	<u>219.667</u>

A campanha Teleton é uma maratona televisiva dedicada à sensibilização e mobilização da sociedade em torno da causa da pessoa com deficiência física. Em 2023 o programa foi realizado nos dias 10 e 11 de novembro. São horas de programação dedicadas a compartilhar histórias dos pacientes e arrecadar doações para manutenção das atividades da AACD, que está distribuída nas receitas mencionadas acima.

- (a) As receitas são provenientes de formais de partilha onde o falecido destina bens, recursos financeiros, ações e títulos financeiros para a AACD através de processo de inventário judicial.
- (b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com atividades hospitalares		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Secretaria Municipal e Estadual de Saúde de São Paulo (a)	7.239	2.836
(-) Dedução da receita	(42)	-
	<u>7.197</u>	<u>2.836</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com atividades ambulatoriais		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Fundo Pró-Infância - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), CONDECA e CONDEMAT (b)	5.545	1.469
Demais subvenções, convênios e termos (c)	3.841	7.862
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (d)	1.770	-
(-) Dedução da receita	(564)	-
	<u>10.592</u>	<u>9.331</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com atividades institucionais		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (e)	290	470
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (f)	-	77
Ministério da Cultura (g)	-	11
Demais subvenções, convênios e termos (c)	198	482
(-) Dedução da receita	(13)	(337)
	<u>475</u>	<u>703</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos--Continuação

- (a) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria Municipal da Saúde, para custeio de prestação de serviços, manutenção de equipamentos, compra de materiais de insumos e aquisição de equipamentos para expansão dos serviços médicos assistenciais da pessoa com deficiência física e, verbas recebidas da Secretaria de Estado da Saúde, referente a adesão ao Programa Mais Santa Casa e provenientes de Emendas Parlamentares.
- (b) Referem-se a verbas recebidas por meio de Incentivo Fiscal, viabilizadas pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente e do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujos Termos de Fomento foram firmados com a finalidade de financiar o custeio e a aquisição de equipamento de Reabilitação para o tratamento da pessoa com deficiência física e ao Contrato de Prestação de serviços especializado e multiprofissional, para o tratamento de reabilitação física de pacientes dos municípios consorciados ao CONDEMAT, por intermédio da unidade de Mogi das Cruzes.
- (c) Referem-se a convênios firmados com as secretarias municipais de saúde de Uberlândia, Osasco e Porto Alegre, para manutenção das unidades e subsídios para tratamento e reabilitação física de portadores de deficiência física e ao Contrato em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED, para a prestação de serviços de reparos, substituição, manutenções corretivas e preventivas em órtese, próteses e meios auxiliares de locomoção-OPM, através da Unidade Móvel da AACD, em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.
- (d) Refere-se a Portaria GM/MS nº 96, que estabelece os parâmetros para definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos e Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC), para proporcionar a melhoria na oferta de atendimento no serviço hospitalar e ambulatorial, da unidade de Recife.
- (e) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial, atividade promovida pela unidade AACD Lar Escola.
- (f) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar. Em 2023 não tivemos valores recebido referente a esta rubrica.
- (g) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cultura para realização de oficinas gratuitas de técnicas da capoeira e samba de roda possibilitando à pessoa com deficiência física acesso a cultura como meio de inclusão social. Em 2023 não tivemos valores recebido referente a esta rubrica.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenção para investimentos (a)	3.516	2.122
	3.516	2.122

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

18. Receitas institucionais – outras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bazar	14.956	11.957
Demais receitas (a)	3.116	2.206
Arrendamento de propriedade para investimento	2.262	1.428
Estacionamento	517	451
Lanchonete	210	179
	21.061	16.221

- (a) Representadas por receitas com cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

19. Receitas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	73.091	57.147
Descontos obtidos	128	175
Outras (a)	12	6.900
	<u>73.231</u>	<u>64.222</u>

(a) Representadas por receitas com ganho na venda de ações, dividendos recebidos com ações e receita de multas e juros.

20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2023 e de 2022.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalho voluntário (a)	1.599	1.091
Conselhos e Comitês (b)	509	433
	<u>2.108</u>	<u>1.524</u>

(a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$ 12,11/hora de janeiro a março e R\$ 12,77/hora de abril a dezembro de 2023 (2022 - R\$ 12,11), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2023 foram 92.146 horas (2022 - 67.106 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.

(b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2023, foram 485 horas (2022 - 425 horas), tendo sido aplicado o valor de R\$ 1.055,00/hora em 2023 (2022 - R\$ 1.000,00), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2023 e 2022, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2023	Método de mensuração	Nível
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.233	Valor Justo (VRJ)	2
Títulos e valores mobiliários	5	661.375	Valor Justo (VRJ)	2
Contas a receber	6	78.651	Custo Amortizado	2
Passivos				
Fornecedores		29.852	Custo Amortizado	2

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco corporativo determina que a AACD avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos.

A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixas, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (9,00% em 31/12/2023 – fonte: Relatório Focus BACEN), considerado como cenários de sensibilidade redução de 25% e aumento de 25% e 50% conforme avaliado pela Administração da Associação.

Instrumentos financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	1.233	1.344	1.316	1.372	1.399
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	661.375	720.899	706.018	735.780	750.661

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de Liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	35.615	35.615	35.615	-	-
Parcelamento de impostos	440	440	127	313	-
Outras contas a pagar	581	581	581	-	-
Total	36.636	36.636	36.323	313	-
	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	29.852	29.852	29.852	-	-
Parcelamento de impostos	334	334	174	160	-
Outras contas a pagar	362	362	362	-	-
Total	30.548	30.548	30.388	160	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e dispensação de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias. Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	654.826
Responsabilidade civil	30.000
Responsabilidade civil/risco engenharia - obra expansão hospital	192.428
Veículos	1.100
	878.354

23. Gratuidades concedidas

A AACD realiza a maioria dos seus atendimentos ambulatoriais para os pacientes encaminhados pelo SUS, atendendo o disposto dos seus artigos 1º e 2º do Estatuto Social da AACD e da Lei vigente do CEBAS/Ministério da Saúde.

Quantidade de internações hospitalares – diárias	2023	2022
SUS	4.045	3.888
Financiamento próprio	6	0
Convênios e particulares	14.646	14.200
	18.697	18.088

Quantidade de atendimentos ambulatoriais	2023	2022
SUS	359.840	336.738
Financiamento próprio	3.184	3.459
Convênios e particulares	146.681	155.091
	509.705	495.288

A AACD não detém a certificação do CEBAS pela aplicação de sua receita em gratuidade na área da saúde, portanto não se beneficia das gratuidades demonstradas, conforme legislação vigente. A certificação da entidade está fundamentada na prestação de serviços ao SUS no percentual requerido.

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos contratados pelo SUS.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

23. Gratuidades concedidas--Continuação

A não contratação por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Em conformidade aos itens 13, 24, 26 e 27 - da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2023 e 2022, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2023			2022		
	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Local de atendimento						
Hospital	79	38.448	38.527	-	36.280	36.280
Centro de Reabilitação	484	48.298	48.782	585	43.446	44.031
Centro de Diagnóstico	1	1.051	1.052	4	1.532	1.536
Dispensação de Órteses e Próteses	-	109	109	-	2.564	2.564
Total de Gratuidade	564	87.906	88.470	589	83.822	84.411

24. Imunidade tributária

O patrimônio, a renda e os serviços da Associação são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 25 de outubro de 2021 a entidade protocolou o pedido para a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde – CEBAS, cujo deferimento foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2023 (Portaria nº 49, de 25 de janeiro de 2023) e está vigente de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentada conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuição patronal de INSS	24.249	23.571
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	1.230	1.148
Outras (SESC, SESI, SENAC, etc.)	7.032	6.836
	<u>32.511</u>	<u>31.555</u>

X

Keli Regina Damisk Veloso
Contadora CRC – 1SP258408/O-4